

# Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
19 de maio de 2010 - Nº 180 [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## Juiz homologa acordo do minuto a minuto

O Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias homologou nesta terça-feira, 18 de maio, o acordo da ação do minuto a minuto para o pagamento dos substituídos do regime de turno da Reduc. Com isso, resta agora aguardar a emissão dos cheques pela Petrobrás para que o Sindicato faça o pagamento.

Os advogados da Petrobrás e do Sindipetro Caxias estiveram reunidos com o Juiz na última quinta-feira, 13, para solicitar a imediata homologação do acordo, mas o magistrado pediu mais um prazo para ler o processo. Nesta terça-feira, pela manhã, o acordo foi finalmente homologado.

O Sindipetro Caxias, em defesa do direito dos trabalhadores, conquistou

mais uma importante vitória para a categoria petroleira. O valor a ser pago aos substituídos representa o equivalente a aproximadamente 340 horas extras pagas a 100%.

Para os trabalhadores que possuem ações individuais em andamento com o mesmo objeto (são 07 trabalhadores ao todo) e estão listados na ação coletiva do Sindipetro Caxias, caso queiram receber pelo acordo terão que desistir de suas ações e entregar sua desistência ao Sindicato até o dia 31 de maio.

Os substituídos que têm ação individual transitada em julgado foram excluídos do acordo pela Petrobrás (são 17 trabalhadores ao todo).

Em relação aos substituídos que

faleceram no curso do processo, os herdeiros terão que comparecer ao Sindicato para promover a sua habilitação.



Para os substituídos do regime administrativo poderá haver novidades em breve, pois o recurso da Petrobrás está para entrar na pauta de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho – TST. Após a decisão do TST o processo transitará em julgado e, caso o recurso da empresa seja indeferido, o Sindipetro Caxias iniciará a execução definitiva.

*Leia o documento de homologação do acordo do minuto a minuto na íntegra na página do Sindicato.*

## MTE multa Reduc por irregularidade no PPEOB



Em fiscalização realizada nos dias 10 e 11 de maio, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – autuaram e multaram a Reduc por não discriminar no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) os riscos a que estão expostos seus empregados listados nos Grupos Homogêneos de Exposição (GHE) ao benzeno, conforme determina a NR-7.

O objetivo do MTE era fiscalizar exclusivamente o Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno – PPEOB. Os 05 auditores que compareceram à refinaria para a ação fiscal inspecionaram as unidades U-1220, U-1260, U-1940 e o Laboratório (OT/QP). Nessas unidades foram detectadas várias irregularidades e estabelecido um prazo para que a

Reduc faça a adequação.

Entre as notificações do Ministério do Trabalho à Reduc, na unidade U-1940 foi detectada a falta de capela, chuveiro e lava olhos do laboratório e a falta de cobertura das canaletas de águas contaminadas junto às lagoas. Já no Laboratório da OT/QP, foi notificada a inadequação dos painéis elétricos e do pararraios. O MTE vai convocar nova mesa de entendimento para a fixação de prazo para início e conclusão da reforma do Laboratório. A gerência da OT/QP não mostrou evidências nem mesmo das ações emergenciais acordadas em fiscalização anterior. Por conta disso, a Reduc certamente receberá novas multas e poderá ter o Laboratório interditado.

O médico e coordenador da fiscalização do MTE, e que também dirige a Comissão Estadual e a Nacional de Prevenção ao Benzeno,

Dr. Luiz Sérgio, compareceu ao SMS/Saúde e solicitou, entre outras, a cópia dos ASOs dos empregados da Reduc listados nos Grupos Homogêneos de Exposição ao benzeno. Ao constatar a falta da discriminação do risco benzeno a que os trabalhadores estão expostos, lavrou o auto de infração.

O Sindipetro Caxias vem denunciando insistentemente as irregularidades do PPEOB da Reduc ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho com o objetivo de garantir a aposentadoria especial dos trabalhadores expostos ao benzeno.

Ainda nesse sentido, o Sindicato denunciou à Receita Federal que, embora possua 350 trabalhadores nos GHEs relativos ao benzeno, a Reduc vem recolhendo para o INSS a contribuição adicional relativa à aposentadoria especial de apenas 04 empregados.

## Refinaria prossegue subnotificando acidentes

A gerência de SMS da Reduc é destemida. Não se abalou com a denúncia do Sindipetro Caxias ao Ministério Público do Trabalho (MPT) relativa às subnotificações de acidentes de trabalho. Depois vai ter que se explicar quando a Justiça aplicar uma pesada multa à empresa por descumprimento do Termo de

Ajustamento de Conduta firmado com o próprio MPT em 2005.

**Acidente no Laboratório da Reduc.** Na quinta-feira, 06 de maio, um trabalhador do Laboratório da Reduc manuseava uma amostra de produto contendo H<sub>2</sub>S em uma capela quando passou mal e teve que ser atendido no SMS/Saúde, onde permaneceu por

algum tempo no balão de oxigênio. A refinaria alegou que não houve lesão e não registrou o acidente do empregado, limitando-se a abrir um Registro de Tratamento de Anomalia – RTA.

Parece que o SMS da refinaria só vai registrar um acidente quando for apresentado o atestado de óbito do trabalhador.

## Segurança Industrial apaga incêndio no Coque

Na última sexta-feira, 14 de maio, uma bateria de pré aquecimento da unidade de Coque da Reduc pegou

fogo. O incêndio foi apagado pela Segurança Industrial com apoio da Brigada de Incêndio. Não houve vítimas,

apenas danos materiais. O Sindicato aguarda a constituição do Grupo de Trabalho.

## Um olhar sobre Cuba (1)



Carros velhos e casas mal pintadas. Quando se chega a Havana, em Cuba, tem-se a impressão de uma volta no tempo. A cidade lembra muito alguns subúrbios e os bairros próximos ao Centro do Rio de Janeiro das décadas de 60 e 70 do século passado. As pessoas também em nada diferem dos cariocas, seja na aparência ou no vestuário. São mulatas, brancas, negras e mestiças, tal e qual as que se veem nas ruas da cidade maravilhosa.

Em Cuba nada se joga fora. Tudo se aproveita. É por isso que se vê rodando por todo o país, automóveis que não se encontram mais em nenhuma outra parte do mundo. Portas, janelas, torneiras, chuveiros, móveis da casa de qualquer cubano são antigos, reaproveitados e adaptados para servir até o mais completo desgaste. E é exatamente aí que reside uma das principais diferenças entre o socialismo de Cuba e o capitalismo do Brasil e do restante do mundo. O sistema capitalista exige, para manutenção da sua lógica e engrenagem econômica, o consumo cada vez maior de bens e serviços. O

capitalismo se autoalimenta do consumo da sociedade. Nadase conserta. Tudo se descarta ao menor defeito ou mesmo sem ele. A propaganda cuida de criar novas necessidades. Mas até quando o mundo capitalista vai poder manter o seu consumo desenfreado? Por quanto tempo há recursos naturais e energia para se manter o atual nível de consumo no mundo? Há que se questionar.

**“Há pouca comida na mesa. Sempre houve. O cubano se alimenta da história, da pátria, da revolução.”**

Cuba é um país pobre. Mas de uma pobreza digna. Enfrenta problemas com a sua produção agrícola. O jovem prefere as grandes cidades para estudar nas faculdades ou trabalhar ao invés de se fixar no campo. Há pouca comida na mesa. Sempre houve. O cubano se alimenta da história, da pátria, da revolução. No desfile do dia internacional do trabalhador, em 1º de maio, e a cada oportunidade demonstra estar certo de que o melhor para o mundo é o modo de vida socialista, em que todos trabalham por um objetivo e a produção é partilhada por todo o povo. O entusiasmo da juventude cubana é a maior certeza de que o socialismo está cada vez mais vivo na ilha.

Não é possível entender Cuba utilizando-se de um olhar capitalista. O objetivo das empresas e dos cidadãos

cubanos não é a obtenção de lucro. O que importa é suprir as necessidades da população. Não há concorrência de preços, pois tudo pertence ao governo cubano. Em todos os lugares os bens e serviços custam o mesmo preço para os estrangeiros. Sim, para os estrangeiros, porque para os nacionais os preços são bem menores. Não é justo que as pessoas oriundas de países capitalistas adquiram bens em Cuba a preço de custo, sem impostos ou subsidiados pelo governo. Esse direito é dado apenas aos cidadãos cubanos, que pagam preços bem menores por bens e serviços do que os estrangeiros em visita ao país.

E há muitos estrangeiros em Cuba. O turismo é uma de suas maiores fontes de receita. A população foi consultada sobre a abertura do país aos turistas e concordou. Mas junto com as divisas vieram os problemas decorrentes dessa indústria. O capitalismo corrompe. E os cubanos autorizados pelo governo para trabalhar com o turismo aprenderam rapidamente a lógica do sistema capitalista. Agora há uma espécie de classe média emergente em Cuba, pois muitos não estão limitados aos salários pagos pelo governo. Resultado da abertura gradual do país levada a cabo pelo Comandante Raul Castro a partir de 1996. Como se observa, o sistema econômico cubano pode ser socialista, mas os seres humanos são os mesmos em qualquer lugar do planeta.

## CRÔNICA

## Greve histórica dos petroleiros completa 15 anos



Foram 32 dias de uma greve nacional. Em 03 de maio de 1995, os petroleiros iniciaram a maior greve da história da categoria. Uma mobilização forte que influenciou o destino do Brasil, ao impedir a privatização da Petrobrás pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Os petroleiros precisaram resistir à ocupação das refinarias pelo Exército a mando de FHC, às manipulações da mídia que culpava os petroleiros pela falta de gás de cozinha, às demissões arbitrárias de trabalhadores que participaram da greve histórica, às pesadas multas impostas pela Justiça burguesa que declarou abusiva uma greve justa, bem como à intervenção de FHC nos sindicatos. Não foi fácil. Mas os petroleiros resistiram, lutaram e conquistaram, após a eleição do presidente Lula em 2003, o cancelamento das multas impostas aos sindicatos pelo TST, a anistia das punições, a reintegração dos 88 trabalhadores demitidos nas greves de 94 e 95 e, ainda, a volta dos companheiros da Interbrás, Petromisa e Petroflex, empresas extintas ou privatizadas pelo governo Collor.

**O líder da greve de maio de 1995 lembra os principais embates da época e fala sobre os atuais desafios da categoria**

**Entrevista com Antônio Carlos Spis**

\* imprensa da FUP

Quinze anos após ter liderado a maior greve da história da categoria petroleira, Antônio Carlos Spis volta no tempo e relembra fatos importantes do enfrentamento com o governo Fernando Henrique Cardoso. Nesta entrevista ao portal da FUP, ele fala dos bastidores da greve, comenta os momentos mais difíceis que enfrentou e ressalta a importância histórica do movimento. Diretor do Sindipetro Unificado-SP e à frente da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Spis continua sendo um ícone de resistência e luta. “Um petroleiro com vocação sindical”, como se auto define. Ele também avalia nesta entrevista o atual momento da disputa capital x trabalho na Petrobrás e ressalta a importância da integração entre os trabalhadores novos e os antigos. “Ou o sindicato

motiva os novos para compor suas fileiras ou a empresa os ‘sensibiliza’. A disputa é ideológica”, destaca.

**Qual o maior legado que a greve de 32 dias dos petroleiros, em maio de 1995, deixou para a categoria e que reflexos teve no enfrentamento da política neoliberal durante a década de 90?**

A greve de maio de 1995 trouxe a cobrança das bases por análises políticas e conjunturais permanentes! Eram comuns, até então, avaliações insipientes das mobilizações efetuadas. Após a greve, os petroleiros e petroleiras passaram a ser mais exigentes quanto às posições que as direções sindicais tomavam. O ano de 1995 foi um marco de satisfação e medo para quem fez o maior movimento da história da categoria petroleira do Brasil. Passou a ser do cotidiano da relação FUP/Sindipetros a seguinte cobrança: “De quanto tempo vai ser a próxima greve? A de 32 dias foi muito longa. Temos que estudar estratégias de movimentos curtos e que causem impactos imediatos, para que as negociações também sejam

rápidas”.

“A greve de maio de 1995 foi o maior momento de enfrentamento classista ao governo FHC e às suas políticas neoliberais. Esse movimento garantiu a manutenção da Petrobrás como empresa pública.”

Vale lembrar que a FUP representava todos os 20 sindicatos de petroleiros na época da greve e só um deles não estava na CUT (o do Rio Grande, que representa os trabalhadores da antiga refinaria de Ipiranga). Foi a própria direção da FUP que norteou esse caminho. Quando chegamos à conclusão de que a greve estava sem nenhuma saída e a mídia me questionava, alegando que a greve havia sido derrotada, eu dizia que um movimento dessa amplitude, que causou tamanho impacto nacional, precisaria de alguns anos para ser analisado com profundidade. Em hipótese alguma, a greve foi derrotada. Nós, sim, derrotamos FHC, obrigando-o a tirar a máscara de democrata. Desmoralizamos um presidente que tinha a obrigação de negociar por ser o governo detentor da maioria das ações ON da Petrobrás, uma empresa

**“A greve de maio de 1995 foi o maior momento de enfrentamento classista ao governo FHC e às suas políticas neoliberais. Esse movimento garantiu a manutenção da Petrobrás como empresa pública.”**

de economia mista.

O acordo assinado com Itamar Franco (presidente que antecedeu FHC) foi cumprido com sobras na Campanha Reivindicatória de 1996...

Portanto, a greve de maio de 1995 foi o maior momento de enfrentamento classista ao governo FHC e às suas políticas neoliberais. Esse movimento garantiu a manutenção da Petrobrás como empresa pública (FHC não teve a coragem de colocá-la no PND – Programa Nacional de Desestatização) e construiu as condições para a grande mobilização da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 1999, quando levamos mais de 100 mil pessoas à Brasília no maior protesto de massa contra o governo. Me lembro muito bem: eu estava coordenando um dos caminhões de som e o companheiro Zé Rainha, do MST, coordenava o outro caminhão, enquanto bradava ao microfone: “Spis, foram vocês que começaram isso, os petroleiros!”

**Uma semana após o início da greve, quando a Petrobrás divulgou a primeira relação dos trabalhadores demitidos, o seu nome era o primeiro da lista. Esse foi o momento mais difícil que você enfrentou na condução da greve?**

O momento que eu imaginava ser o mais difícil de uma mobilização daquele porte seria justamente o das demissões. Meu nome na lista não fazia a menor diferença, só me deu satisfação. Vale lembrar que em todas as greves que tive a felicidade de

coordenar em nome da categoria, sempre fui punido junto com os grevistas. Sinceramente, da maneira como a inteligência do Exército ia colocando suas peças no xadrez, minha expectativa e medo era de que seriam milhares de demissões de cara. Nós já tínhamos criado o antídoto em 1983, com as Associações Benéficas e Culturais dos Petroleiros (ABCs) e já havíamos organizado o direito à reintegração ao trabalho de cerca de mil companheiros e companheiras (demitidos no Governo Collor). Mas, não estávamos preparados se viessem com 10 mil, 15 mil demissões. Se isso acontecesse, sinceramente acho que a greve correria o risco de implodir. Mas quando no Jornal Nacional da Globo, na noite de 9 de maio de 1995, o Cid Moreira anunciou que começaram as demissões nos petroleiros e que eu e mais 24 companheiros estávamos na lista, me senti aliviado, pois desse número nós dávamos conta com um pé nas costas. Me lembro muito bem desse momento: a Direção da FUP estava na antiga sede de Brasília. A estratégia do Exército era a seguinte: dava um número de demitidos nas TVs à noite e, na manhã do dia seguinte, a imprensa vinha com os nomes dos demitidos, com o intuito de criar uma convulsão no meio dos grevistas. Eles queriam passar a mensagem: “Se mandamos embora o líder da greve, imagine o que vamos fazer com você”. Agimos



imediatamente e na coletiva de imprensa de 11 de maio (todas as manhãs, a FUP dava entrevistas coletivas e a TV Globo tinha um link permanente na sede de Brasília), eu disse: “É demissão coletiva. Se o governo continuar com esse método, vamos nos auto-demitir”. O Companheiro Normando (Normando Rodrigues, assessor jurídico da FUP) redigiu um texto padrão para o termo de demissão coletiva, divulgamos nas bases e a FUP recebeu de volta perto de 17 mil dessas cartas, que é claro, nunca entregamos, mas eu dizia todo petulante na imprensa que se demitissem esses petroleiros, teriam que demitir os outros 40 mil. Isso forçou o governo a mudar de tática: passaram a ameaçar os operadores do Setor de Craqueamento Catalítico (SECRA) das refinarias, onde é produzido o gás de cozinha. É claro que também não deu resultado, pois ninguém voltou...

***Leia a íntegra da entrevista na página do Sindipetro Caxias na internet.***

